

RESENHA

**O TRABALHO DOCENTE E OS CAMINHOS DO CONHECIMENTO: A
HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Terezinha Severino da Silva

Universidade de Uberaba (UNIUBE), terezinha.silva@uftm.edu.br

Na apresentação do livro, a autora busca reunir a clareza na exposição das ideias e o rigor na fundamentação teórica de historicidade na pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica. A autora pontua que, historicamente, na sociedade brasileira, a educação não é um assunto de interesse de empresários, que veem a educação como instrumento para preparar mão de obra “dócil” com salários de baixo custo e, ainda, que a pesquisa na área da história da educação – trabalho e formação profissional – tem pouca consideração no campo de estudo. Assim, são escassos os historiadores “de ofício” e que estes têm dificuldades em relação à docência, as obrigações técnico-administrativas, convênios com a carência de laboratórios e ambiente apropriados para as aulas.

Questiona, ainda, sobre os diversos problemas que o professor da Educação Básica enfrenta e aponta os aspectos que inspiraram os temas do livro, que são a banalização dos termos “pesquisa” e “saber”, que se refere ao sentido amplo dada à pesquisa – toda busca é considerada pesquisa; e no “saber”, há distorção na compreensão do que se espera de um professor pesquisador.

O livro foi desenvolvido em cinco capítulos. O primeiro aborda as questões sociais

e epistemológicas da pesquisa em educação, analisando a sociedade em que vivem os professores, o que lhes é oferecido como formação para ensino e pesquisa, a relação entre concepção de mundo e processos de produção de conhecimento, bem como fonte de pesquisa. O segundo capítulo trata a historicidade das teorias, dos procedimentos de pesquisa e educação profissional e tecnológica e os três últimos capítulos tratam de interdisciplinaridade, o uso da fotografia na pesquisa social e estudos comparados – processo inerente ao conhecimento, mas também trata sobre os campos estruturados de pesquisa.

No primeiro capítulo, a autora parte da reflexão feita por Mia Couto, um escritor moçambicano, que diz que “A verdade é como o ninho da cobra. Reconhece-se não pela vista, mas pela mordedura” (COUTO, 2003, p.201) e questiona a verdade apresentada pelas questões: Onde está a “mordida” da verdade escondida da educação brasileira? Qual é o “dilema” sobre o Ensino Médio? O que significa o “apagão da mão de obra” no Brasil? Será que somos, efetivamente, mordidos pelas verdades da educação pública brasileira? Por que a educação pública é tão desconsiderada “pelo baixo desempenho dos alunos” e pelo despreparo dos professores”?

No primeiro capítulo, a autora discorre sobre as questões da vida dos professores na sociedade, sobre o termo “pesquisa” e as principais concepções de mundo e de produção do conhecimento e, ainda, sobre o trabalho como fonte de pesquisa e a Educação Profissional.

No aspecto histórico da sociedade em que vive o professor, a autora remete-se à dependência do Brasil em relação aos países europeus e dos reflexos dessa dependência para a atual sociedade – a desregulamentação das relações de trabalho, a desarticulação de garantias e direitos sociais, dentre outros.

Do ponto de vista da educação e da Educação Profissional, que representa para a autora o interesse nesse item, o Estado teve vantagem na centralização dos recursos, na avaliação da produção de conhecimento e das práticas educativas dos professores, resultando num trabalho docente, onde a exigência de pesquisa é muito grande e que se articulam e desarticulam pela perda da autonomia e ingerência do poder institucional no cotidiano dos professores. Neste item, percebe-se claramente a provocação ao debate teórico-prático e político, acerca da educação profissional, com o intuito de se fazer compreender as disputas inerentes ao campo de atuação desse profissional, bem como de suas correlações existentes nesse processo.

No item de formação de professores e pesquisadores em educação, considerando que as redes dos meios de comunicação passam a pregar que o mercado é o parâmetro em detrimento ao homem como “medida de todas as coisas”; no campo educacional, os vocábulos que passam a preponderar são: “qualidade total”, “sociedade do conhecimento”, “educar por competência e para a competitividade”, “empregabilidade”, “empreendedorismo”, dentre outros.

O papel do professor e do pesquisador precisa ter uma nova visão e ter como ponto de partida “não como ser humano individual, mas como um ser social, como um ser de relação, que produz meios de vida junto com os demais, que se beneficia do conhecimento secularmente acumulado pela humanidade. [...] Consciente ou

não desse lado de si mesmo, o professor se forma no ato de ver e de ser visto, de conhecer e ser conhecido, de viver e educar-se para educar outros seres humanos”. Essa nova visão é necessária, e nos remete a refletir sobre quem são nossos alunos e em qual contexto de vida estão inseridos.

O termo professor/pesquisador passa a ser uma denominação daquele que desenvolve, como a maioria, a pesquisa apenas buscando textos e figuras de livros e na internet. E precisamos refletir sobre a privação de autonomia, a saturação de tarefas e a opressão de horários aos quais os professores estão expostos. É preciso que estejamos atentos à formação de professores e de pesquisadores contrapondo à “áspera realidade em que a sociedade brasileira se encontra hoje”, marcada pelas condições que têm a maioria dos professores. É preciso também refletir sobre o que é a pesquisa e a diferença existente em pesquisa/informação e pesquisa/ciência e as implicações de cada uma delas.

Numa sociedade capitalista, a produção é induzida pela exacerbação da competição entre os pares, onde o acesso à competição das revistas Qualis A da CAPES, contamina a produção do conhecimento social. Os professores têm a ideia de que são mais competentes, aqueles que produzem mais ou mais rapidamente ou são certificados por isso. Questiona-se ainda como se faz pesquisa em educação e ou educação profissional, pois são muitas as concepções, teorias e metodologias para estudar os fenômenos sociais da educação, pautados pelas concepções de mundo e de sociedade dos diferentes sujeitos sociais.

No item Concepções de Mundo e de Pesquisa discute-se as duas das principais correntes teórico-metodológicas presentes, até hoje, na produção do conhecimento: o positivismo – que defende que “a sociedade é regida por leis naturais, isto é, invariáveis, independentes da vontade e da ação humana. No positivismo, a burguesia teve a ideologia de apoio à dimensão política para manter os

padrões de ordem estabelecida tradicionalmente na sociedade pelo alto clero”. Alguns nomes, como de Augusto Comte, considerado como o fundador do positivismo e Emile Durkheim que desenvolveu seus ideais sob os princípios positivistas de que os fatos sociais devem ser tratados como coisas, pensavam o método positivo para a instauração de uma nova ordem, a ordem da indústria e da ciência e o Materialismo Histórico que tem como concepção a oposição ao tradicionalismo, como a narrativa de uma sucessão de acontecimentos. Concebe a história como processo real de transformação das sociedades. Segundo Marx e Engels (1979) “No plano da política, opõe-se ao conservadorismo e concebe a história como processo real de transformação das sociedades da vida de homens e mulheres ao produzirem seus meios de vida”.

A partir da apresentação das duas correntes de pensamento apresentadas, pode-se situar a situação da pesquisa em educação no Brasil. Antes de 1970, a pesquisa, nessa área, era feita por professores com formação humanística e sociológica. O aluno era instruído para o tratamento estatístico dos dados; os procedimentos analíticos eram rigorosos e buscava-se alcançar os parâmetros de validade e fidedignidade dos estabelecidos nas ciências experimentais. Somente a partir da metade dos anos 1980 é que foi possível renovar o pensamento e as referências bibliográficas para a pesquisa em educação, numa visão das contradições sociais, econômicas e políticas que geram a história da sociedade em que ocorrem.

No item O trabalho como fonte de pesquisa, a autora trata as questões que são preliminares ao tratamento do termo, porque dizem respeito aos valores e atitudes na própria atividade investigativa em educação: a primeira diz respeito a duas lógicas: a contradição entre a lógica da produção capitalista e a lógica da educação, sendo que a lógica da produção é baseada no lucro, na exploração do trabalho, no aumento da produção da atividade do trabalho, competitividade, entre outros; já a lógica da educação, tem como finalidade a formação do ser

humano e pauta-se pela socialização do conhecimento, do diálogo, participação construtiva e a cidadania. A segunda questão trata do tempo da pesquisa e tempo político. Este é o momento vivido, que pode envolver em conflitos e contradições; já o tempo da pesquisa, é o tempo de formação científica, das práticas de ensino, da busca e aprofundamento de conceitos, da autonomia e do pensamento.

O que podemos concluir com as questões levantadas, neste capítulo, é que para que o professor possa ser um pesquisador, são necessárias condições de trabalho, em se tratando de valorização social e financeira da carreira, tempo para a formação continuada, dedicação exclusiva ao ensino-aprendizagem e à pesquisa e apoio institucional para o desenvolvimento de projetos com autonomia e responsabilidade.

No segundo capítulo do livro, a autora retoma a historicidade da Educação Profissional em uma concepção dialética do espaço-tempo, dos fenômenos sociais da vida humana e fala da longa duração da estrutura, da média duração da conjuntura e do tempo dos acontecimentos.

Busca, ainda, delinear as questões teórico-metodológicas fundamentais para a historicidade da pesquisa da Educação Profissional, sobre os fundamentos da pesquisa histórica, tratando a história como processo e como método e seus principais conceitos e as considerações do referencial da pesquisa histórica e de políticas atuais sobre educação profissional. De acordo com a autora, a história como processo é a vivida por indivíduos e sociedade, suas organizações sociais, suas estruturas de poder, as formas sociais de distribuição desigual de riqueza e a história como método é a concepção e a narração sobre os fatos, considerando a sua realidade nas diferentes sociedades.

Dentre os autores renomados que a autora traz em seu livro, buscamos Marx que concebe conceitos que são fundamentais à pesquisa história em Educação em Trabalho e Educação que são: dialética, totalidade,

mediação, contradição ideologia e espaço-tempo. A autora parte da reflexão que “pensar historicamente” significa que a educação deve dispor de uma concepção teórica própria para a produção do conhecimento. Do ponto de vista de Ciavatta, no ato de educar, a pesquisa educacional traz consigo uma dupla finalidade: primeiro, a questão epistemológica de produzir conhecimento e, segundo, colocando-se a questão político-pedagógica de implementar a formação humana e incluindo o processo ensino-aprendizagem.

No terceiro capítulo, “A interdisciplinaridade e a formação integrada: exercício teórico ou realidade possível?”, a autora trata a interdisciplinaridade vista não como um método de investigação, nem de técnica didática, mas como uma questão que se manifesta como necessidade e como problema no plano material histórico-cultural e no plano epistemológico, uma visão dos fenômenos na totalidade social, uma relação que passa pela ação de sujeitos sociais. Metodologicamente, não se trata de uma justaposição de disciplinas, mas a compreensão dos aspectos articulados como produção social em um tempo e espaço determinados.

No item a interdisciplinaridade e a ontologia do ser social, a autora aborda a questão da necessidade de renunciar ao dogmatismo e a todo ceticismo e relativismo. Supõe uma visão de mundo e uma concepção da realidade que sejam capazes de compreender criticamente a produção da existência humana e na formação integrada do ser humano, supõe a superação da ideia de um ser dividido da ação de executar da ação de pensar e agir. Implica em cansar-se da perda da identidade, bem como da precarização docente, da exploração do trabalho presentes em muitos países.

No capítulo quatro, “O uso da fotografia na pesquisa social e a educação”, a autora apresenta algumas ideias de outros autores que tratam a fotografia, não como objetos isolados, mas situados em contextos e de acordo com os significados de quem a produziu e faz uma retrospectiva da escrita e da produção historiográfica da fotografia na Educação, faz uma reflexão acerca de imagens na pesquisa

social e da fotografia na publicidade e na imprensa. Para Maria Ciavatta, a série de fotografias sobre um evento “estabelece contatos diferenciados com distintos suportes da cultura material”.

Mauad (2004) afirma que “uma fotografia, para ser interpretada como um texto (suporte de relações sociais), demanda o conhecimento de outros textos que a precedem ou que com ela concorrem para a produção da textualidade de uma época”. A fotografia, como representação do passado, preserva a memória que resgata a compreensão do presente e orienta as perspectivas do futuro. Na perspectiva transdisciplinar, a fotografia vai além dos limites das disciplinas e exige um tratamento mais alargado para as disciplinas de ciências humanas e sociais, tendo um reconhecido potencial na produção de conhecimento nessas áreas.

No último capítulo, denominado Estudos comparados em educação: sua epistemologia e sua historicidade, a autora faz um apanhado acerca de alguns estudos comparados e aponta os avanços destes na contextualização na história social e econômica dos países, com o objetivo de contribuir para a reflexão e a prática dos estudos comparados nas ciências sociais e na educação. Contudo, é tênue a crítica às necessidades da produção capitalista, que traz em processo de formação profissional. A comparação parte do princípio do processo de perceber as diferenças na relação com o outro, pessoas e objetos.

É sabido que os estudos comparados podem ter sentidos diferenciados no campo da produção do conhecimento e a autora, no presente estudo, discorda de história que alinha fatos, objetos e feitos e, ainda, julga o historiador como alguém neutro. Ela explica que os dados quantitativos não explicam os problemas, apenas dão uma dimensão para eles, descrevendo algumas características. E conclui o seu trabalho pautando a visão historicizada dos fenômenos, concebendo a história como a produção social da existência.

A obra está ancorada por diversas

referências bibliográficas e oportuniza reflexões acerca do pressuposto fundamental de o professor exigir as condições necessárias da produção do conhecimento e historicizar a pesquisa sobre o Trabalho e a Educação profissional, fundamentando teórica e metodologicamente o estudo. O que se pode esperar é uma atuação profissional que visa a uma formação integral de um sujeito autônomo, que implica competência técnica e compromisso com a ética e a perspectiva de formação do professor propõe um ser humano que une a ação de pensar e planejar com a ação de executar. “Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social”. Uma perspectiva que favoreça a competência técnica, pautada em uma atuação profissional subsidiada nas transformações sociais, políticas e culturais imprescindíveis para uma sociedade igualitária.

Referência

CIAVATTA, Maria. *O trabalho docente e os caminhos do conhecimento: a historicidade da Educação Profissional*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.